

LEDA MARA NASCIMENTO ALBUQUERQUE  
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos  
Ordenadora de Despesas

LEDA MARA NASCIMENTO ALBUQUERQUE  
Subprocuradora-Geral de Justiça para  
Assuntos Administrativos

## EXTRATOS DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

## ATOS DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA

### EXTRATO DE CONTRATO

Processo: 2016.003541.  
Espécie: Contrato Administrativo n.º 003/2017-MP/PGJ.  
Licitação: Pregão Eletrônico n.º 4.001/2017- CPL/MP/PGJ.  
Objeto: Prestação de serviços de conectividade ponto a ponto em fibra óptica, através de conexão entre as pontas A e B, entre as unidades jurisdicionadas da Procuradoria-Geral de Justiça.  
Valor Total: R\$ 39.996,00.  
Dotação Orçamentária: Unidade Gestora: 03101 - Procuradoria Geral de Justiça; Unidade Orçamentária: 03101 - Procuradoria Geral de Justiça; Programa de Trabalho: 03.122.0001.2001.0001 - Administração da Unidade; Fonte: 0100 - Recursos Ordinários; Natureza da Despesa: 33903997 - Despesas de Teleprocessamento, tendo sido emitida, pela CONTRATANTE, em 11/01/2017, a Nota de Empenho n.º 2017NE00041, no valor de R\$ 36.663,00.  
Vigência: 12 (doze) meses, compreendendo o período de 06.02.2017 a 06.02.2018.

Contratante: Ministério Público do Estado do Amazonas/ Procuradoria-Geral de Justiça.

Contratada: Eyes Nwhere Sistemas Inteligentes de Imagem Ltda.  
Signatários: Exma. Sra. Leda Mara Nascimento Albuquerque (Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos) e o Sr. José Ricardo Ferreira (Representante Legal da Contratada).  
Data: 06.02.2017.

LEDA MARA NASCIMENTO ALBUQUERQUE  
Subprocuradora-Geral de Justiça para  
Assuntos Administrativos

### PORTARIA Nº 2017/0000005867

#### EXTRATO

Procedimento Preparatório nº 005.2016.000036 (4542/2016)  
Data de Instauração: 09/02/2017.  
Promotoria: 54ª PRODHSP.  
Investigado: SUSAM / COMPLEXO REGULADOR DO ESTADO DO AMAZONAS  
Objeto: Apura a ocorrência de possíveis irregularidades na gestão do Complexo Regulador do Amazonas, vinculado à Secretaria de Estado de Saúde - SUSAM.

Manaus(AM), 09 de Fevereiro de 2017.

Cláudia Maria Raposo da Câmara  
Promotora de Justiça

### PORTARIA Nº 001.2017.55.1.1.1158440.2016.29345

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, por intermédio da Promotora de Justiça infra-assinada, titular da 55ª Promotoria de Justiça Especializada na Proteção e Defesa dos Direitos Humanos à Educação, no exercício de suas atribuições, com fundamento no Art. 129, inciso III da Constituição Federal, Art. 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, Art. 26, § 1º, da Lei 8.625/93 c/c Art. 67 e seu Parágrafo único da Lei Complementar nº 011/93;

CONSIDERANDO que é função institucional e dever do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (Art. 129, inciso III);

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público, por esta Promotoria de Justiça Especializada, a defesa dos interesses e direitos humanos à educação bem como a fiscalização dos sistemas estaduais e municipais de ensino, zelando pelo atendimento educacional dentro dos parâmetros legais (Artigo 4º do Ato PGJ nº 16/2015);

CONSIDERANDO o disposto no art. 127 da Constituição Federal, que assevera o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO o teor da Notícia de Fato nº 5702.2016, através da qual se aduz, em suma, que a postura inadequada em sala de aula e a constante ausência da professora de Língua Portuguesa do Colégio Militar da Polícia Militar - Unidade Petrópolis, Sra. Elizete Souza, estariam prejudicando os discentes da referida unidade escolar;

CONSIDERANDO que após manifestação da Secretaria Estadual de Educação, através do Ofício nº 0163/2017-GS/SEDUC, constatou-se a existência de dois manifestos alusivos à servidora em comento, bem como se verificou a existência de informações quanto à inaptidão da docente Elizete da Silva Souza em sua avaliação de estágio probatório, cuja ciência fora dada à mesma em 13 de setembro de 2016, consoante documentação igualmente acostada ao citado expediente;

CONSIDERANDO contudo, que pelas documentações anexadas,

### EXTRATO DE CONTRATO

Processo: 1044144/2015.  
Espécie: Contrato Administrativo n.º 002/2017-MP/PGJ.  
Licitação: Despacho de Dispensa de Licitação n.º 771.2016. SubAdm.1151326.2015.47886, art. 24, XVI da Lei nº 8.666/93.  
Objeto: Serviço de execução de sistemas PRODAM-RH, para manter o cadastro dos servidores e Folha de Pagamento de Pessoal, processar folhas de pagamento e fornecer relatórios para efetivação de pagamento para atender às necessidades do Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça - PGJ/AM.  
Valor: R\$ 92.489,28.

Dotação Orçamentária: Unidade Gestora: 03101 - Procuradoria Geral de Justiça; Programa de Trabalho: 03.122.0001.2001.0001 - Administração da Unidade; Fonte: 0100 - Recursos Ordinários; Natureza da Despesa: 33903957 - Serviços de Processamento de Dados, tendo sido emitida, pela CONTRATANTE, em 02/01/2017, a Nota de Empenho n.º 2017NE00001, no valor de R\$ 92.489,28.  
Vigência: 12 (doze) meses, compreendendo o período de 23 de janeiro de 2017 a 23 de janeiro de 2018.

Contratante: Ministério Público do Estado do Amazonas/ Procuradoria-Geral de Justiça.

Contratada: Processamento de Dados Amazonas S/A - ProdAm.  
Signatários: Exma. Sra. Leda Mara Nascimento Albuquerque (Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos) e o Sr. Márcio Silva de Lira (Diretor Presidente da Empresa Processamento de Dados Amazonas S/A).  
Data: 23.01.2017.

#### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-geral de Justiça:  
Carlos Fábio Braga Monteiro  
Subprocurador-geral de Justiça Para Assuntos Jurídicos e Institucionais  
Pedro Bezerra Filho  
Subprocuradora-geral de Justiça Para Assuntos Administrativos  
Leda Mara Nascimento Albuquerque  
Corregedor-geral do Ministério Público:  
José Roque Nunes Marques  
Secretário-geral do Ministério Público:  
Vicente Augusto Borges Oliveira

Câmaras Cíveis  
Sandra Cal Oliveira  
Jussara Maria Pordeus e Silva  
Pedro Bezerra Filho

Antonina Maria de Castro do Couto Valle  
Maria José da Silva Nazare

#### PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Criminais  
Carlos Léllo Launa Ferreira  
Rita Augusta de Vasconcellos Dias  
Miauro Roberto Veras Bezerra  
Flávio Ferreira Lopes  
Carlos Antônio Ferreira Coêlho  
Maria José Silva de Aquino  
Nicolau Libório dos Santos Filho

Câmaras Reunidas  
Alberto Nunes Lopes  
Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos  
Públio Caio Bessa Cyrino  
José Hamilton Saraiva dos Santos  
Noeme Tobias de Souza  
José Roque Nunes Marques  
Francisco das Chagas Santiago da Cruz

#### CONSELHO SUPERIOR

(Presidente)  
José Roque Nunes Marques  
Flávio Ferreira Lopes  
Jussara Maria Pordeus e Silva  
Públio Caio Bessa Cyrino  
Antonina Maria de Castro do Couto Valle  
José Hamilton Saraiva dos Santos

#### OUVIDORIA

Rita Augusta de Vasconcellos Dias